



ATELIÊ

técnico-científico

Caderno de Resumos de
Manhuaçu

ANAIS - 1º Semestre de 2018
V. II - Nº: 3 2018

Rede de Ensino Doctum - Instituto Ensinar Brasil
Rua Getúlio Vargas, 700- Coqueiro, Manhuaçu- MG | Cep: 36900.000

rede de ensino
DOCTUM



ATELIÊ CIENTÍFICO

III SEMANA CIENTÍFICA DOCTUM MANHUAÇU

CADERNO DE RESUMO DE MANHUAÇU

ANAIS – 1º SEMESTRE DE 2018

13 DE JUNHO

ANO II – VOLUME I

ISSN: 2595-8526

EDITOR E ORGANIZADOR:

PROF. Ma. ISABELLE WERNER DE LEMOS BRISSIO

**O Ateliê Científico: Caderno de Resumo é uma publicação semestral da
Unidade Doctum de Manhuaçu – MG**

REDE DE ENSINO DOCTUM – INSTITUTO ENSINAR BRASIL

EXPEDIÊNTE

Rede de Ensino Doctum Presidente

Cláudio César Azevedo de Almeida Leitão

Superintendente de Ensino

Ma. Ivana Leitão

Diretora de Ensino Superior

Ma. Heloisa Albuquerque

Coordenadora Geral de Pesquisa

Dr^a. Iana Soares de Oliveira Penna

Autor Corporativo

Rede de Ensino Doctum - Instituto Ensinar Brasil

Direção de Relações Institucionais

Alexandre Leitão

Direção da Unidade de Manhuaçu

Ms. Eliéser Ribeiro de Freitas **Coordenação Acadêmica**

Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Coordenação de Pesquisa

Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Coordenadores de Curso

Administração - Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Ciências Contábeis – Ms. Roberto Miranda Pimentel Fully

Direito – Ms. Rodrigo Mendes Cardoso

APRESENTAÇÃO

O processo de pesquisa na Rede Doctum de Ensino é entendido como toda e qualquer atividade em que os esforços de ampliação do saber vigente e a busca da inovação, que possuem por fim alimentar a educação universitária seja a tônica. Tal conceito visa ao ensino, que forma a disposição investigativa, a promoção do desenvolvimento tecnológico e social para promover a redução das desigualdades regionais e nacionais.

O Ateliê Científico é o espaço de apresentação dos conhecimentos produzidos nos GRULES de forma original, privilegiando sempre as produções científicas como artigos, resenhas críticas ou temáticas, resumos expandidos, painéis, comunicações, ensaios, softwares, jogos pedagógicos, entre outros.

Sendo assim, as Faculdades Doctum de Manhuaçu recebem em seus Ateliês a comunidade de Manhuaçu para conhecer e aprender com os alunos os conhecimentos científicos que são produzidos na instituição e que servirão para o desenvolvimento de uma melhor sociedade.

Neste semestre a unidade reúne todos os eventos científicos e culturais desenvolvidos pelos diversos curso e apresenta a III Semana Científica Doctum Manhuaçu para toda a comunidade acadêmica e a comunidade local.

Obrigada a todos os envolvidos pelo empenho e dedicação no desenvolvimento e organização do Ateliê. Até o próximo!!

Manhuaçu, 13 de Junho de 2018

Ma. Isabelle Werner de Lemos Brissio

Coordenadora de Acadêmica – Unidade Manhuaçu



SUMÁRIO

Curso de Direito	06
Curso de Administração e Ciências Contábeis.....	17



Curso de Direito



1º Período A, B e C Direito

DIREITO, DEMOCRACIA E CIDADANIA. Direitos Humanos e direitos fundamentais. AS MINORIAS NO BRASIL - Multiculturalismo entre o universalismo e o relativismo dos direitos humanos: O DESAFIO DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO.

Keiciane Emerick, Fabrício Emerick, Eliéser Freitas, Bartolomeu Oliveira Batista, Divyan Rodrigues de Carvalho, Enxo Conrado Faria, Samuel Antônio Carvalho Valente, Sandi Vieira Santana, Camila Oliveira Braga, Maria Emilia Laje, Thabata Amelia Conte Riani Neves, Nayara Silva Meira, Isadora Boato Neves, João Vitor Mendes Amorim, Anesio Hermon Alcantara de Carvalho, Ariane Santos da Silva, David Willian Ribeiro Dornelas

Resumo

Palavra-chave:

No processo de reinserção social do encarcerado enfrenta obstáculos como: o olhar sensacionalista e preconceituoso que a sociedade demonstra sobre o mesmo, no qual a sociedade adota uma visão nada humanista subjungando os valores dos encarcerados. Observa-se também a retração do mercado de trabalho em relação ao ingresso de ex-presidiários, os mesmos em sua maioria não possuem ensino fundamental completo e nem experiência profissional, fatos que colaboram diretamente para o aumento da reincidência no país, que já sofre com altos índices de criminalidade. Devido a desumanização sofrida dentro do sistema penitenciário, o ex-presidiario encontra-se em estado de conflito pessoal, apresentando um psicológico abalado, incapacitando-o de participar de uma sociedade que invés de o acolher, o excluí.



2º Período Direito

DIREITO, DIFERENÇAS E DESIGUALDADES: uma análise da Lei Maria da Penha aplicada ao gênero feminino.

Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Rodrigo Mendes Cardozo, Marcus Schubert, Ana Paula Reis de Souza, Aumir Januário de Oliveira, Carlos Alberto Candido de Castro Junior, Christovam Aurélio Gomes Pereira, Danilo Gaiozo Machado, Eduarda Assis Costa dos Santos, Felipe Lacerda de Oliveira, Gabriela Reis Rocha, Gleicimar Gonçalves da Silva, Lucas Dione do Rosário Jesus, Marcelo Alves Gonçalves, Sávía Gomes Pires

Resumo

Palavra-chave: Gênero; Violência; Dignidade da Pessoa Humana.

O presente estudo busca demonstrar a aplicabilidade da Lei 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha à pessoa transgênero. Busca, ainda, analisar a realidade social do gênero feminino no momento do registro das ocorrências e identificar a eficácia da Lei em suas medidas protetivas. Evidenciando que seu objetivo jurídico e social que é coibir os casos de violência patrimonial, sexual, física, moral, emocional e psicológica, seja no âmbito doméstico, familiar ou relação íntima de afeto contra o gênero feminino. Esta lei já foi objeto de análise de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal pela ADC 19, que julgou constitucional o tratamento diferenciado ao gênero feminino. Não buscando então proteger o sexo biológico “mulher”, e sim o gênero feminino, uma vez que identidade de gênero é diferente do sexo que lhe é designado no nascimento, pois a identidade é a experiência de uma pessoa com seu próprio gênero. Tendo sido decidido recentemente pelo STF que pode ser alterado o nome e gênero no registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo, com base no princípio da dignidade da pessoa humana. Sendo também demonstrado que as delegacias locais, não foram preparadas para a aplicação da lei no âmbito do gênero feminino, nem mesmo pelos próprios transgênero há o conhecimento desta aplicação.



3º Período A e B Direito

DIREITO, DEMOCRACIA E CIDADANIA. Direitos Humanos e direitos fundamentais. AS MINORIAS NO BRASIL.

Keiciane Emerick, Diogo Nolasco, Bruno Gonzaga, Amanda Rodrigues, Rute Souza, Antônio Vinícius Martins, Maycon Douglas Alves, Calebi Freita Vieira, Rafael Dutra Teixeira, Tonia Carla Soares Carvalho, Giovane Gonçalves, Jean Cesário Rodrigues.

Resumo

Palavra-chave:

Atualmente existem algumas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental tramitando no Supremo Tribunal Federal que visam suspender dispositivos legais em normas locais que proíbem o ensino sobre gênero nas escolas. Tais ações tem como fundamento o argumento de violação de diversos comandos fundamentais do nosso Estado Democrático de Direito, mormente o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o princípio da igualdade; da vedação à censura em atividades culturais; a laicidade do Estado; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; entre outros. Ademais, há violação também quanto à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Logo, considerando a sua amplitude prática e teórica, o texto da autora indicado bem como as notícias disponibilizadas no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal que informam sobre ações (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) que tem sido ajuizadas na Corte Suprema contra normas que proíbem o ensino sobre gênero nas escolas trazem em si a análise interdisciplinar da Igualdade de Gênero no Direito Constitucional e Direito Processual, permitindo aos alunos o desenvolvimento de ferramentas importantes e necessárias à leitura, à escrita, à interpretação de texto, além da otimização da reflexão e do raciocínio jurídicos.

4º Período Direito

Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Manhuaçu. Ano I, Vol. 2. 2018.

ISSN 2595-8526



DIRIGISMO CONTRATUAL E A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS: uma análise dos contratos de adesão de planos de saúde coletivos.

Júlia Mara Rodrigues Pimentel, Quésia Ribeiro Alves Rabelo, Priscila Delfim Martins, Alex dos Anjos da Cruz, Antônio Igor Martins Costa, João Victor de Oliveira Brandão, Laíz Filgueiras, Maíra Moreira Oliveira, Natan Vieira Moreira, Natália Fialho da Silva, Renata Mendes Rodrigues, Rodrigo de Oliveira Santos, Wesley Marcos da Silva.

Resumo

Palavra-chave: Contrato de adesão; Planos de saúde; Direito à saúde; Dignidade da Pessoa Humana.

Por ser elaborado exclusivamente pela contratada, os contratos de adesão à plano de saúde apresentam cláusulas claramente abusivas, delegando sua responsabilidade ao cliente consumidor em diversas situações, como por exemplo, a questão da carência, a interrupção da prestação de serviços, onde o consumidor possui um tempo pré-estabelecido, contratualmente, para usufruir a certos serviços – internações em UTI e urgência e emergência – e as diversas inversões de ônus observadas em muitas cláusulas, como a exclusão do plano no caso de necessidade de atendimento em eventos que fogem ao controle do fornecedor de serviços, tais como calamidade pública, conflitos sociais, envenenamento de caráter coletivo ou qualquer outra causa física que atinja maciçamente a população. Inúmeras questões irregulares foram identificadas, as quais transferem a responsabilidade legítima do fornecedor ao consumidor vulnerável e hipossuficiente. Mesmo existindo a tutela da legislação constitucional e infraconstitucional, inclusive criando órgãos de natureza controladora e fiscalizadora da atuação das empresas privadas de assistência à saúde, ainda se observa a proliferação de desdobramentos nos contratos emanados desses entes privados, a fim de beneficiar aquele que detém o poder de elaborar as cláusulas que regerão a atividade oferecida ao consumidor, por conta de relações de consumo estatuídas por contratos de adesão.

POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONCESSÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO PODER PÚBLICO FRENTE ÀS DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS.

Priscila Delfim Martins, Eliéser Freitas, Fabrício Emerick, Bárbara Aparecida da Silva Hugenin, Brunna de Paula Cunha Herculano, Ludimila de Souza Garcia, Lycia Ribeiro de Castro, Matheus da Silva Coelho, Micael Gonçalves Santos, Renan Almeida da Silva

Resumo

Palavra-chave: Políticas Públicas, Saúde, Medicamentos

O programa de medicamentos excepcionais (alto custo) é proporcionado via Estado. O município tem a função de operacionalizar o acesso aos mesmos. Existe uma lista do Estado que compreende entorno de 150 apresentações de medicamentos, de diversas patologias. É indispensável ter em mente que o direito a saúde não se resume ao Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição Federal assegura em uma sociedade pluralista, fraterna e sem preconceitos, vários direitos sociais e individuais. Busca-se então, a concretização e efetivação dos princípios que são taxados como essenciais. O objetivo claro é a efetividade dos parâmetros que se encontram em desconformidade com a Constituição, para assim, tornar possível a realização dos direitos fundamentais no meio social. O pré-requisito para receber o tratamento é o paciente se encaixar nas premissas determinadas pelo próprio Estado. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza uma cobertura de 90 a 95% populacional, que é considerado satisfatório. Frente às garantias constitucionais, abordou-se ainda o princípio da reserva do possível surgido na Alemanha em 1970 e do mínimo existencial, onde nota-se uma limitação da prestação. Busca-se a possibilidade de controle judicial que viabiliza direitos fundamentais, sendo que essas políticas, definidas legislativamente, impõem ao poder público, o aumento da concretização de direitos, impedindo o retrocesso, devendo alcançar sempre o progresso, com vistas a realidade social, verificando seu alcance e eficácia. Nesse tanger, a fim de complementar o que foi extraído do acervo bibliográfico, realizou-se uma pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu.

POLÍTICAS PÚBLICAS CONCRETIZADA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS POR MEIO DO PROGRAMA “AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR”.

Priscila Delfim Martins, Alex Alves, Brenno Vinícios, Giovanna Toledo, Jeruza Oliveira, Larissa Mendes, Rafaela Campos, Valéria Raposo

Resumo

Palavra-chave: Políticas Públicas, Saúde, Medicamentos.

O presente trabalho objetiva esclarecer a efetivação dos Direitos e Garantias fundamentais, notadamente, o direito a saúde, por ser este um bem assegurado a todos. A concretização desse direito vem sendo realizada por meio de políticas públicas juntamente com as decisões do Judiciário, que devem ser proferidas de forma impessoal, sistêmica e ponderada. Objetivamos analisar a judicialização da saúde, tendo em vista as recentes manifestações do Supremo Tribunal Federal que estipulam a criação de parâmetros e vertentes que contribuam para que as demandas jurisdicionais sejam efetivadas de formas racionais e adequadas as necessidades sociais de maneira que sejam viabilizadas o direito à saúde de forma coletiva e não apenas individual.



Soraya Sanglard, Adeliny Freitas, Eduarda Miranda, Idelson Carlos, José Arzúrio, Lucioni Alves, Maressa Fernandes, Matheus Corrêa, Renan Giovannoni, Ranieri Mageste e Wilian Soares

Resumo

Palavra-chave: Propriedade; Moradia; Direito

A propriedade necessita possuir Função Social, como já previsto em nossa Carta Magna. Juntamente com a função social da propriedade, encontra-se o Direito à Moradia, considerado, inclusive, como um direito social. Percebemos então um grande conflito, pois, em nossa atual sociedade, encontramos inúmeros imóveis que não estão cumprindo o seu papel social, e, em contrapartida, vivemos uma realidade em que a população de moradores de rua só cresce, além daqueles que residem em locais de risco ou com pouca estrutura que inviabiliza uma moradia digna. Ao impossibilitar esse acesso à moradia digna para todos, acaba por ser atingida outra premissa de nossa Constituição Federal de 1988, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana.

7º Período A Direito

A ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DIANTE DA INTERFACE ENTRE A

Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Manhuaçu. Ano I, Vol. 2. 2018.

ISSN 2595-8526

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REVOGADOS E EM VIGOR

Priscila Delfim Martins, Diogo Nolasco, Kleider Cruz, Aline das Graças e Silva, Daniella Eloi de Souza, Larissa Natália Rocha, Luana Pereira clemente, Maria Paula de Oliveira Gonçalves, Natália Labanca, Felipe Texeira e Ronaldo Santos.

Resumo

Palavra-chave: Arguição de incompetência, Processo Civil

O presente estudo propõe-se a análise da arguição de incompetência no processo judiciário do trabalho, considerando a interface entre as legislações trabalhista e processual civil. Para tanto, foi utilizada a pesquisa doutrinária e jurisprudencial, notadamente no que tange à Consolidação das Leis do trabalho e os Códigos de Processo Civil, buscando-se identificar as nuances dos dispositivos revogados e vigente. Buscou-se demonstrar a atual processualística utilizada bem como as indispensáveis discussões acadêmicas sobre a temática. A partir da análise realizada foi identificado que o ato em questão no campo do Direito do trabalho utilizou-se das normas próprias do procedimento Civil comum até que ocorreram as recentes modificações legislativas em questão, que, por sua vez, trouxeram mudanças contundentes, tanto no plano processual civil, quanto trabalhista, culminando na incorporação de uma forma própria do referido instituto para a aplicação no processo do trabalho, com escopo similar àquele previsto no Código do processo Civil de 1973 concomitantes a aspectos próprios do Direito do trabalho.

7º Período B Direito

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC DE 1973 EM FACE DO CPC DE 2015 VERSUS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA CLT DE 1943 EM FACE DA CLT DE 2017

Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Manhuaçu. Ano I, Vol. 2. 2018.

ISSN 2595-8526



Priscila Delfim Martins, Ágda de Fátima Mayrinck, Flávia Amorim de Souza, Kellen Kristina Andrade Lourenço, Nara Cristina Bove Prata, Rebeca Louzada da Silva, Suelen Nunes Silveira Tomaz, Thaís de Oliveira Resende.

Resumo

Palavra-chave: Honorários Advocatícios; Reforma Trabalhista; Código de Processo Civil.

A presente pesquisa tem como tema os honorários advocatícios, com o propósito de realizar uma análise comparativa desse instituto sob o âmbito do Código de Processo Civil (CPC) e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), abordando as alterações introduzidas com o advento do Código de Processo Civil de 2015 e com Reforma Trabalhista, em matéria de honorários advocatícios. A metodologia empregada para a confecção deste trabalho foi leitura de artigos científicos e outros materiais disponíveis em meio virtual sobre a temática. Com a pesquisa comprovou-se que as inovações advindas de ambos os diplomas legais enaltece o serviço da classe profissional dos advogados e visa assegurar seus direitos.

8º Período Direito

EMPRESAS: RESPONSABILIDADE SOCIAL

Soraya Sanglard, Bruna Mendes, Eduarda Tavares, José Ferreira, Laura de Andrade, Luciano
Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Manhuaçu. Ano I, Vol. 2. 2018.

ISSN 2595-8526



Portugal, Maíra Carlos e Mariana Brum

Resumo

Palavra-chave: Empresa; Direito

O presente artigo tem o objetivo de fazer uma breve análise sobre a importância das empresas se posicionarem de maneira socialmente responsável, assim como analisar o peso da contribuição da responsabilidade social no desenvolvimento da sociedade e na diminuição das desigualdades sociais.



Curso de Administração e Ciências Contábeis

1º e 2º Período Administração

LICITAÇÃO: CONCEITO E APLICAÇÃO EM TERCEIRO SETOR

Isabelle Werner, Walter Toledo, Anthony Alves e Silva, Fernanda Evangelista de Oliveira,
Maria Zilda Rhodes, Pollyana Baia Curcio



Resumo

Palavra-chave: Licitação; aquisições e contratações públicas; administração pública.

A presente pesquisa trata-se de um estudo sobre o tema “Como as licitações contribuem para a gestão financeira das prefeituras?”. A pesquisa foi aplicada através de estudos e análises feitos em artigos referentes ao tema. Essa pesquisa tem como objetivo geral informar que a licitação começou a ser tratada como um princípio constitucional, a partir de 1988 através do advento da Constituição Federal, criando então a obrigatoriedade do Estado a usar o processo licitatório como única forma de contratação, bem como garantindo a observância dos preceitos legais e caracterizando como crime o não cumprimento dessas normas. De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido, é possível mostrar que o artigo 37, inciso XXI da Constituição prescreve a obrigatoriedade do uso da licitação para aquisições e contratações públicas que foram regulamentadas pela Lei Federal 8.666 de 21/06/1993, em vigor até hoje. Várias outras leis e decretos vieram a contribuir para o Estatuto das Licitações, e novas são criadas para garantir maior eficiência e segurança nas contratações públicas. Por fim, a presente pesquisa apresentará os impactos positivos na gestão financeira municipal.

1º e 2º Período Ciências Contábeis

IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS ONGS PARA A COMUNIDADE

Professor: Isabelle Werner

Professor: Walter Toledo

Acadêmicos: Vitor Ferreira, Mauricio Coelho, Paulo Dias, Cicero Junior, Alef Miranda, Mirele Rocha, Wilian

Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Manhuaçu. Ano I, Vol. 2. 2018.

ISSN 2595-8526



Secario.

Resumo

Palavra-chave: ONGs, Desenvolvimento Institucional Coletivo.

As crescentes parcerias entre movimentos sociais e Organização Não Governamentais-ONGs estão vindo com grande poder público especialmente nível local, com isso essas organizações mostram bastante interesse com sua autonomia e identidade no processo das políticas públicas, essa é uma questão fundamental para que a identidade dos "autores" sociais que somos nós, porque a nova tendências de entidades que vem aparecendo no campo social de hoje em dia com isso o movimento social das ONGs têm a reinventar como autores sociais relevantes ,essa pesquisa fala um pouco sobre as ONGs onde procura descobrir o desenvolvimento social que elas tem para a sociedade, abordando também um pouco da distribuição e como elas conseguem uma gestão financeira, ressaltando ainda como é feita a divisão e distribuição de recursos, quais são os benefícios e algumas classes que as ONGs estão contribuindo e o impacto social.

3º e 4º Administração e Ciências Contábeis

Impacto do Novo Código Tributário de Manhuaçu no Comércio Local

Ricardo Ker, Moacyr Simão, Élica Aparecida da Costa, Júlio César Ribeiro Júnior, Débora Nascimento dos Reis, Fernanda Guedes Borges de Oliveira, Letícia Guedes Borges de Oliveira, Luiz Felipe Cruz de Oliveira,

Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Manhuaçu. Ano I, Vol. 2. 2018.

ISSN 2595-8526



Mirian Lualene da Silva, Geraldo Júnior Soares, Patrick Alexander Horsts de Souza

Resumo

Palavra-chave: Código Tributário; Manhuaçu

O presente trabalho abordará o impacto do Novo Código Tributário do Município de Manhuaçu no comércio local, despontando as principais alterações e como elas influenciam nas receitas das empresas, trazendo definições dos impostos municipais, assim como levantamento de dados entre o código vigente e o anterior. Durante o trabalho será apresentada as mudanças que afetaram diretamente o comércio e como os empresários estão agindo para ter seus direitos garantidos. utilizando de referencial bibliográfico e pesquisa de campo mostrando a inconstitucionalidade das mudanças caracterizado como violação frontal ao artigo 145 da Constituição Federal.

5º Período Ciências Contábeis

A EFETIVIDADE DO GOVERNO EM GERAL E O CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Isabelle Werner, Roberto Fully, Nycollas Alves, Márcio Bahia Dutra

Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Manhuaçu. Ano I, Vol. 2. 2018.

ISSN 2595-8526



Resumo

Palavra-chave: Governo Geral, Polulação brasileira

Século XXI vive um novo paradigma quando se diz respeito a tecnologia. Os acontecimentos ocorridos neste determinado momento, dentro de poucos minutos estão espalhados Brasil a fora e por todo mundo. Acontecimentos marcantes que dizem respeito a futebol, a crimes, tragédias e como falaremos a política. Por meio de portais eletrônicos e páginas na internet as informações são publicadas e divulgadas rapidamente para a população devida a grande facilidade que o cidadão tem hoje de se conectar.

O IBGE fez um levantamento em 2016 com pessoas acima de 10 anos, chegando a um número de 116 milhões de pessoas conectadas a internet, o que equivale a 64,7% de toda população brasileira. Porém grande parte não se interessa em analisar dados governamentais onde se encontra toda atividade de recurso público, ou seja, utilizam a internet não para se informar, mas sim para se satisfazer.

Pretende-se verificar neste trabalho qual o nível de conhecimento a população tem, com relação a responsabilidade fiscal dos governantes.

Analisaremos sobre a perspectiva do cidadão em relação a efetividade do governo para a população de Manhuaçu. Diante disto criaremos um método de teste para recolher amostras de estudos com a população, selecionando além as que cursam ou cursaram ensino superior, analisando em qual nível está o conhecimento e o saber básico sobre as responsabilidades dos representantes do governo.

5º Período Administração

UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DO CIDADÃO COMO CONTRIBUINTE

Rodrigo Santos, Nathan da Fonseca Pereira, Túlio Medeiros Mesquita



Resumo

Palavra-chave: Contribuinte, cidadania, educação fiscal.

O referido trabalho tem por objetivo disseminar a educação fiscal e levar até a população a oportunidade de conhecer melhor as formas de captação de receitas por parte do governo e posteriormente mostrar aos cidadãos como esses impostos são aplicados e que o cidadão precisa estar inserido neste processo, o cidadão tem que conhecer todo o processo e em particular o conhecimento sobre os impostos pagos e conseqüentemente saber exercer seu direito no momento de cobrança da aplicação correta dos mesmos.

rede de ensino
DOCTUM

Transformando Vidas!

www.doctum.edu.br | 0800 033 1100